ATO COMPLEMENTAR Nº 45, DE 30 DE JANEIRO DE 1969

(DOU 31/01/1969)

Dispõe sobre a aquisição de propriedade rural

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o $\S1^{\circ}$ do art. 2° e o art. 9° do Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º. A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

- Art. 2º. Para os efeitos deste Ato considera-se residente no País o estrangeiro que nele possua permanência definitiva.
- **Art. 3º.** Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade.
- **Art. 4º.** Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. Costa e Silva